



A elaboração da experiência nos escritos e na correspondência do jesuíta Diego de Torres Bollo (1551-1638)

The elaboration of experience in the writings and correspondence of the Jesuit Diego de Torres Bollo (1551-1638)

Marina Massimi

Universidade de São Paulo
Brasil

Resumo

O objetivo da pesquisa é evidenciar, nos escritos e na correspondência epistolar de Diego de Torres Bollo (1551-1638), missionário jesuíta espanhol no Paraguai nas primeiras décadas do século XVII, a elaboração da experiência acerca dos primeiros anos de vida missionária junto às populações indígenas, nos espaços territoriais chamados de Reduções. O método é abordar a tópica da experiência relatada nos documentos pelo autor e entendida conforme as categorias interpretativas próprias da cultura jesuítica da época. No âmbito da experiência narrada, serão evidenciados os saberes psicológicos elaborados na tradição cultural da Companhia de Jesus, especialmente os saberes referentes aos afetos.

Palavras-chave: Diego de Torres Bollo; correspondência epistolar; experiência; Reduções.

Abstract

The aim of this paper is to evidence, in the writings and epistolary correspondence of Diego de Torres Bollo (1551-1638), Spanish Jesuit missionary in Paraguay in the first decades of the 17th century, the elaboration of the experience of the first years of missionary life with the indigenous populations, in the territorial spaces called Reductions. The method is to approach the topic of the experience reported in the documents by the author and understood according to the interpretative categories of the Jesuit culture of the time. In the scope of the narrated experience, the psychological knowledge elaborated in the cultural tradition of the Society of Jesus will be evidenced, especially the knowledge related to affections.

Keywords: Diego de Torres Bollo; epistolary correspondence; experience; Reductions.

O objeto desta pesquisa são alguns escritos e cartas de Diego de Torres Bollo (1551-1638), um importante protagonista da história latino-americana, cuja figura merece ser resgatada, pelo fato de que deixou ampla documentação escrita acerca de sua atuação. Torres Bollo foi um jesuíta espanhol primeiro



superior da Província jesuítica do Paraguai e idealizador e responsável pela criação, no âmbito dos domínios coloniais espanhóis, das Reduções, ou seja, espaços territoriais autônomos e separados do trato com os espanhóis e os brancos, onde viviam as populações indígenas reunidas em grandes comunidades sob a liderança dos seus caciques e dos jesuítas e livres do regime da *encomienda* (Custódio, 2010)¹.

O projeto de Torres Bollo, inspirado pela proposta de *Procuranda salutis Indorum* do jesuíta José de Acosta, encontrou a parceria do governador do Paraguay, Hernandarias (Hernando Arias de Saavedra) e foi iniciado a partir de 1609 com duração até 1756, quando a reorganização política das fronteiras decorrente do Tratado de Madri, levou a destruição dos espaços reducionais (Frias, 2002). Torres Bollo destinou ao projeto alguns jesuítas, cujo número aumentou ao longo do tempo e da demanda: dentre eles, os italianos Giuseppe Cataldini, Simone Mascetta e Vincenzo Griffi, Roque Gonzales e Antônio Ruiz de Montoya, os quais iniciaram suas missões perto de Asunción junto aos índios Guaicurués. Aos poucos, formaram-se comunidades contabilizando cada uma, centenas, as vezes milhares, de nativos e com a presença de dois ou três jesuítas (Del Techo, 1673/2005).

Diego de Torres Bollo escreveu vários documentos, entre os quais alguns textos normativos e várias cartas, redigidas entre 1610 e 1615. Essas correspondências eram destinadas ao Padre Geral em Roma, chamadas de Cartas Anuas, por serem um relato pormenorizado e periódico dos acontecimentos vivenciados nos territórios missionários. Os documentos analisados neste artigo verterão sobre os inícios desta experiência. Sendo o autor dessas cartas o idealizador da proposta das Reduções, sua narrativa tem o propósito de convencer o Padre Geral, destinatário, quanto à eficácia do projeto, seja do ponto de vista missionário junto aos guaranis, seja do ponto de vista do amadurecimento da vocação jesuítica. Além do mais, as cartas anuas são polifônicas: elas contêm trechos das cartas enviadas ao Padre Provincial por aqueles primeiros missionários escolhidos, “vozes” essas que entram na

¹ O nome Reduções derivava da expressão latina “*reductio ad unum*”, pois nesses espaços os índios aceitavam viver reunidos em formas comunitárias. As Reduções gozavam de uma jurisdição especial que lhes concedia uma autonomia relativa do sistema de dominação colonial, sendo seus moradores reconhecidos pela Coroa Espanhola como diretos vassalos. O projeto em sua expansão abarcou um amplo território envolvendo uma área geográfica correspondente aos atuais estados de Paraguai, Argentina (Misiones), Brasil (Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina), Uruguai e Bolívia. Nem todos os índios que povoavam aqueles territórios aceitaram participar da experiência, mas muitos o fizeram, em grande parte devido à possibilidade de gozar de um espaço de relativa liberdade do domínio colonial (Melià, 2018).



composição dos textos, juntamente com vários relatos das falas dos índios que também são representadas nessas fontes.

Esses documentos têm importância histórica por serem expressões das vivências daqueles homens e da autoconsciência que tinham dos fatos por eles protagonizados. Em particular, evidenciam as tentativas, em muitos casos dramáticas, de estabelecer relações e formas de convivência com populações nativas, muitas vezes hostis, em um território que eles desconheciam. Contêm inclusive os primeiros esboços do retrato dessas populações elaborado pelos missionários. A dimensão pessoal, antropológica e psicológica das cartas é, portanto, um aspecto significativo para análise e a ela dedicam-se vários estudos contemporâneos (Fleck, 2004; 2008; Wilde, 2014).

Nesta perspectiva, o objetivo da pesquisa aqui apresentada é evidenciar, nos escritos e na correspondência de Torres Bollo das primeiras décadas do século XVII, a elaboração da experiência acerca dos primeiros anos de vida missionária junto às populações indígenas, nos espaços territoriais das Reduções. A experiência será entendida conforme as categorias interpretativas próprias da cultura jesuítica da época (Massimi, 2013; 2020; 2021). No âmbito da experiência narrada, serão evidenciados também os saberes psicológicos elaborados na tradição filosófica e médica inerente à Companhia de Jesus.

Método

As fontes utilizadas foram em primeiro lugar, os escritos programáticos de Torres Bollo, o Memorial de 1603 e as Instruções dadas em 1610 e 1611 aos primeiros missionários que deveriam iniciar a experiência das Reduções. Tal leitura é importante para o entendimento da elaboração da experiência no projeto missionário do jesuíta a ser realizado na ocasião de sua função de Provincial e a ser narrado nas cartas anuais. O Memorial e as Instruções são documentos de teor programático. Segundo Taylor, esse tipo de documentos constitui-se em materiais que “na qualidade de registro de uma ação, produzem resposta em outra ou na própria pessoa”. Objetivam ser “instrumentos para a condução de atividades ou relacionamentos” e “transformam-se em ‘signos’ poderosos, do ponto de vista semiótico”. Portanto, “constituem fonte de pesquisa e garantia de prova (em oposição a informação sem contexto) e podem ser considerados como que verdadeiras extensões dos homens” (Taylor, 1992, pp.19- 20, tradução nossa).

Em segundo lugar, analisamos as Cartas Anuais enviadas ao Padre Geral da Companhia de Jesus, Claudio Acquaviva, residente em Roma. Considerando que



Torres Bollo ocupou o cargo de Provincial do Paraguai de 1608 a 1614, dentre as cartas, escolhemos quatro que contêm descrição das atividades iniciais realizadas pelos missionários nos espaços reducionais, tendo por critério evidenciar a narrativa dos inícios da experiência missionária: 1) a Carta Anua das Províncias de Paraguai, Tucumán e Chile de 1611; 2) a Carta Anua de 1612-1613; 3) a Carta Anua de 1614; 4) a Carta Anua de 1615. Para a nossa pesquisa usamos a edição moderna (Leonhardt & Ravagnani, 1927-29)².

As cartas anuas são parte do conjunto mais amplo das missivas missionárias jesuíticas, extenso corpo documental elaborado pelos membros da Companhia de Jesus, sendo que a correspondência epistolar foi um instrumento muito utilizado pela Ordem (O'Malley, 2002). As Constituições da Ordem deram ênfase extraordinária às cartas como instrumento "para obter a união dos corações" (O'Malley, 2002, p.71). Os jesuítas mantiveram intercâmbio epistolar entre eles, em latim e nas línguas vernáculas, o que significa que a maioria das cartas desse período era redigida em espanhol, português, italiano e outros idiomas. A escrita das cartas empregava recursos advindos da arte retórica que logram mobilizar o dinamismo psíquico dos destinatários visando persuasão. Segundo Pécora, a carta jesuítica deve ser vista "como uma espécie de mapa retórico do progresso da conversão" de seu autor (Pécora, 1999, p.373). Portanto, a possibilidade de sentido e expressão do texto é restrita aos "roteiros plausíveis" desse mapa (Pécora, 1999, p.374). A partir de Inácio de Loyola, a composição das cartas jesuíticas segue a fórmula retórica tradicional da *ars dictaminis*³: o estilo da redação não brota da espontaneidade do autor e sim do uso da retórica como fundamento da organização da escrita. Essas adquirem uma quádrupla função codificada na estrutura normativa indicada nos documentos institucionais da Companhia de Jesus (Pécora, 1999): informar, reunir em um só corpo, comunicar experiências místicas ou devocionais e governar. Assim, as cartas são um meio de comunicação e troca de informações

² As fontes foram analisadas a partir de dois critérios: o gênero da escrita (por exemplo, compreendendo a redação das cartas anuas, no seio do estilo retórico próprio da cultura jesuítica) e a escolha, no âmbito de diversas possibilidades interpretativas, de uma modalidade de entender a *experiência* narrada nas cartas, pautada na história cultural e dos saberes psicológicos, tendo como ponto de partida o significado desse termo no universo do *pensável* da época (De Certeau, 2000).

³ Na primeira parte (a saudação breve), o autor expressa sua consideração para com o destinatário, quase como um preâmbulo preparatório; na segunda parte (*captatio benevolentiae*), ou início, o remetente, organizando as palavras de forma adequada, procura influenciar efetivamente a mente do destinatário, obtendo o favor. Na terceira parte (*narrativo*), informa o assunto em questão e explícita o pedido objeto da missiva, argumentando a favor dele. Na *petitio* e na *conclusio*, o autor repete o pedido focado na missiva, de forma que possa ficar impresso na mente do destinatário. Por fim, as frases finais são destinadas a cumprimentá-lo. (Pécora, 2001).



entre os “sócios” e os superiores da Ordem⁴. De fato, buscam “capturar em letra comunicável acontecimentos” e interpretá-los como dotados de sentido, a partir de um “enorme esforço de vontade e inteligência, o mais das vezes sintetizados no dever da escrita” (Pécora, 1999, p.381). Em segundo lugar, elas realizam a função de *reunir todos em um*, reforçando-se assim a rede espiritual dos relacionamentos no seio da Companhia e ajudam a manter a unidade entre a Cabeça e o Corpo da Companhia em missão⁵. Trata-se da dimensão mística, ou devocional das cartas, pois se considera a escrita humana análoga às divinas escrituras, qual sinal sacramental da unidade do corpo místico da Igreja. Por fim, elas se tornam um meio eficaz de governo da Ordem.

As cartas são densas de comunicações e informações também acerca daquela esfera de fenômenos que hoje definimos como psicológicos e dos saberes que a esses se referem. Em particular, conforme Leonhardt, o objetivo das cartas anuas era fornecer uma informação e um diagnóstico da situação, o mais possível amplo, preciso e objetivo; por este motivo, foram aumentando em tamanho até adquirir em alguns casos a espessura de um volume de livro. Esses documentos refletem a realidade histórica em seus múltiplos aspectos, tanto civil como religiosa, tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz (Leonhardt, 1927-29). Neles, encontra-se também o reflexo da experiência já vivenciada e relata nas cartas do Brasil, cuja leitura servirá aos missionários do Paraguai para construir uma “experiência das coisas” (expressão própria do vocabulário jesuítico) que os orientará de modo claro e direto nos processos de acomodação, apropriação e utilização de dispositivos retóricos e práticas missionárias.

Posto que dentro do modelo retórico a ser seguido, a elaboração das fontes escolhidas tenha como ponto de partida a experiência vivenciada, a questão que se põe para realizarmos a análise histórica é como abordar essa experiência. Em particular, como entender seu significado à luz do universo cultural de seus autores. Alguns historiadores já realizaram estudos nessa perspectiva: dentre outros destacamos os estudos de Fleck (2008); Massimi, Mahfoud, Avanci e Carvalho (1997); Schutz (1979).

⁴ Loyola. I. *Constituições* (1997, p.159), no parágrafo n. 673, do primeiro capítulo na oitava parte do documento, dedicado aos fatores que ajudam a unir a cabeça aos membros distantes, reafirma a importância da escrita e troca de cartas entre os sócios, superiores e inferiores, do corpo da Sociedade.

⁵ A terceira parte das *Constituições*, dedicada à “conservação da alma e ao progresso nas virtudes”, recomenda a “leitura de cartas edificantes” (1997, p.103); e a parte dedicada ao progresso e conservação dos postulantes, (Const. § 252), essa leitura é indicada como instrumento para a “conservação no que diz respeito à alma”. Da mesma forma, recomenda-se a prática da correspondência epistolar voltada à edificação e construção da comunidade, no capítulo primeiro da oitava parte principal (especialmente parágrafo 675).



No presente estudo, analisaremos nos documentos elaborados por Torres Bollo acerca da Província do Paraguai o significado de “experiência” tendo em vista o significado do termo nos textos jesuíticos da época. Nessa perspectiva, realizamos pesquisas anteriores (Massimi, 2013; 2020; 2021), nas quais o entendimento do significado da experiência na cultura jesuítica da Idade Moderna foi proporcionado por diferentes tipos de fontes. Resumindo os resultados destas pesquisas, pode-se afirmar que a experiência no âmbito jesuítico, é antes de mais nada um modo de conhecer a realidade, conforme evidenciado pelo próprio fundador da Companhia, Inácio de Loyola, em seus escritos. Em primeiro lugar, os Exercícios espirituais a partir dos quais Inácio torna-se um modelo imitável, um texto vivo para seus companheiros, que, a partir da eleição de sua liberdade, podem decidir encarnar em suas vidas a “experiência-modelo” do fundador. Em segundo lugar, o termo experiência comparece em fontes de teor filosófico tais como os tratados Conimbricenses⁶ onde a posição da psicologia filosófica aristotélico-tomista é assumida como ponto de referência na formação jesuítica, juntamente à influência agostiniana (Massimi, 2021). Os pensadores da Companhia utilizam o termo nos sentidos aristotélicos de *empeiria* – a saber, experiência no sentido de habilidade e prática. A experiência é adquirida após o agir e o precedente (e/ou consecutivo) pensar, com envolvimento de todas as potências anímicas e conduz à verdade e ao bem. A ação humana é sempre orientada na direção de um fim, cuja eleição depende por sua vez do movimento da vontade e do intelecto, bem como da sensibilidade e dos afetos. Em terceiro lugar, a experiência é uma categoria que pertence ao universo normativo tanto espiritual e corporal quanto jurídico e institucional da Companhia de Jesus: a “experiência das coisas” é uma das categorias usadas para classificar os indivíduos pertencentes à Ordem, que comparecem nos Catálogos *Secundus*, documentos elaborados a cada triênio pelos superiores, onde se descreve a condição de cada membro da Companhia (Massimi, 2020; 2021). A “experiência das coisas” é o conjunto de habilidades, hábitos e práticas derivados da *peiria* (*empeiria*). Em quarto lugar, a experiência implica a abertura do sensível ao transcendente, abrindo ao conhecimento da revelação da ação divina nas circunstâncias da história humana (mística). Todos

⁶ Com o termo de Conimbricenses, ou Curso Conimbricense, se entende o conjunto de textos publicados entre 1592 e 1606 com o título de Comentários do Colégio Conimbricense da Companhia de Jesus. A maior parte dos textos são de autoria de P.e Manuel de Góis. Os comentários são estruturados em torno do texto aristotélico e focados em *quaestiones* atuais. Dentre eles, o Comentário à Ética a Nicômano, a que aqui nos referimos, é organizado em torno de nove *Disputationes* que abordam, sumariamente, alguns dos temas da obra de Aristóteles e de Tomás de Aquino (Góis, 1957/1593).



esses sentidos do termo experiência são relacionados entre eles, por serem etapas de um processo unitário que leva ao conhecimento da realidade: desde a experiência como verificação e prova, diante do novo, até sua consolidação num conhecimento adquirido ao longo do tempo, que se torna hábito e prática; desde a realidade concreta, até a realidade transcendente.

A luz do entendimento dos sentidos da experiência no universo jesuítico, leremos as fontes onde Diego de Torres Bollo relata a vivência missionária própria e dos primeiros jesuítas enviados para iniciar a missão junto aos índios na Província do Paraguai. Esses missionários no início do século XVII carregavam em si a formação e a tradição já acumuladas pela Companhia ao longo de seu primeiro século de experiência missionária e transmitida através da leitura da literatura espiritual e filosófica, das biografias e das cartas missionárias, dos textos fundantes da Ordem.

O retrato biográfico de Diego de Torres Bollo e de seu universo

Durante o governo de Claudio Acquaviva (1543-1615), de 1581 a 1615, houve uma grande expansão das atividades missionárias da Companhia de Jesus na América Latina: entre outras coisas, foram criadas as Províncias do Paraguai, Nuevo Reino. Quando Acquaviva morreu, a Província do Paraguai contava com cento e vinte e dois jesuítas, distribuídos em domicílios, dos quais uma terceira parte estava no Chile; e quatro colégios: Córdoba, Santiago del Estero, San Miguel de Tucumán, Assunção. É no âmbito deste dinamismo de expansão das obras missionárias da Ordem inaciana, que se coloca a história pessoal de Diego de Torres Bollo⁷. Ele nasceu em 1552 em Villalpando (Castela Velha, Espanha), estudou em Salamanca e conheceu a Companhia de Jesus no Colégio de Monterrey. Em 16 de dezembro de 1571, entrou na Ordem e professou seus primeiros votos em 1574. Em 1584, Diego foi enviado ao Peru⁸; de 1582 a 1585 foi superior da residência de Juli: ali, em uma aldeia aymara, perto do Lago Titicaca, a uma altitude de quatro mil metros, viviam nove mil nativos cristãos incorporados à Coroa Real pela política do Vice-Rei do Peru, Francisco de Toledo. Este último, querendo isolar os índios dos espanhóis, tinha proposto a criação de aldeias autônomas em Juli, sob o governo dos jesuítas e dos caciques locais. Junto com esses, Torres Bollo coordenou a administração civil e econômica da

⁷ Os dados de sua biografia, compendiados na *História do Paraguai* do jesuíta Del Techo (1673), são derivados dos Catálogos das Províncias de Espanha, do Peru e do Paraguai, preservados no Arquivo da Cúria Geral da Sociedade em Roma.

⁸ ARSI. Cataloghi Triennali Perú 4, I, f. 57 e f. 54.



comunidade. A experiência de Juli tornou-se assim o modelo inspirador para a criação das futuras Reduções Guarani (Custódio, 2010). O Catálogo de 1583 descreve Torres Bollo como tendo trinta e dois anos, de boas forças físicas, com talentos de confessor e pregador⁹. Em 15 de junho de 1588, ele fez sua profissão definitiva na Companhia¹⁰; foi reitor do Colégio de Cuzco desde 1591¹¹ e depois, desde 1595, em Quito; e dedicou-se à pregação aos colonos espanhóis e indígenas¹². Seu biógrafo, Del Techo, narra que em Cuzco, o jesuíta "explicava a doutrina cristã nas praças, visitava hospitais e fundou uma confraria de meninas, pregava, se dedicava a funções repulsivas aos outros e combinava suas atividades com um bom relacionamento com as pessoas" (Del Techo, 1673/2005, p.157, tradução nossa). Em 1599, Diego foi reitor no Colégio de Potosí. Em 1601, ele estava no Colégio de Lima, empenhado na pregação aos nativos e espanhóis¹³. Em 1601, a Congregação Provincial do Peru o elegeu Procurador da Província em Roma. Na Europa permaneceu de 1601 a 1604. Em Roma, pediu e obteve do Padre Geral da Companhia, Claudio Acquaviva, o envio de novos missionários e a divisão da Província em três: a Província do Peru, a de Nova Granada e a de Paraguai. A nova Província do Paraguai compreendia originariamente todos os territórios de Paraguai, Rio Grande do Sul, a região Chiquitania na Bolívia, Uruguai, Argentina e Chile. Nela, se instalará o projeto reducional. Segundo a narrativa histórica de Del Techo, Torres Bollo, a caminho da Espanha para Roma, passou pelo Santuário Mariano de Loreto, "onde concebeu o objetivo de difundir o culto de Nossa Senhora de Loreto por toda a América" (Del Techo, 1673/2005, p.161). Ao voltar de Loreto, ele parou em Milão onde conheceu o Cardeal Federico Borromeo. Deste encontro, nasceu uma amizade que durou a vida inteira, consolidada por mais uma visita de Torres Bollo e por uma intensa troca de correspondência epistolar. Após a partida de Milão, Diego foi para a Espanha, onde conseguiu que a incorporação do trabalho missionário dos jesuítas no Peru à instituição pontifícia do Patronato dos Reis da Espanha. Na ocasião, Torres Bollo redigiu um Memorial, em que esboçara o projeto da fundação das Reduções. Ao retorno na América Latina em 1604, Diego tornou-se Provincial da nova Província do Paraguai, ou do Novo Reino, permanecendo na função de 1607 a 1615¹⁴.

⁹ ARSI. Perú, 4, I, f. 10.

¹⁰ ARSI Hisp. 2, ff. 164-165.

¹¹ ARSI Peru. 4, I, f.22.

¹² ARSI Perú, 4, I, f. 43.

¹³ ARSI Peru 4, I, f. 57, n.9.

¹⁴ ARSI Peru, 4, I, f. 111, n. 291.



Nesse tempo, o Governador do Rio da Prata e do Paraguai, Hernando Arias de Saavedra, após ter lutado contra os índios, começou a promover sua conversão pacífica. Para limitar a presença portuguesa e dos bandeirantes na região, considerava fundamental povoar a região desde o Rio Uruguai até a cidade de Santa Caterina (a região do Rio Guayrá). Por esta razão, ele apresentou ao Rei da Espanha, em 1609, um projeto de povoamento (em forma de aldeamentos), solicitando a presença de cinquenta jesuítas, a metade dos quais deviam ser italianos. Colhendo essa oportunidade, Torres Bollo negociou com ele e com o bispo do Paraguai, Reinaldo de Lizarraga, obtendo que fosse concedida pela *Hacienda Real* aos missionários uma pensão; a liberdade dos índios na região e o estabelecimento de um vínculo direto entre eles e o Rei da Espanha. A fim de garantir a manutenção dessas decisões, Torres Bollo escreveu ao Rei, obtendo a Cédula Real de 16 de março de 1608, que liberou do sistema de *encomiendas* todos os índios Guaycurués e os da região do rio Guayrá e Paraná e proibiu o uso da força com os índios, mesmo para fins de evangelização. Ao mesmo tempo, o Governador do Paraguai ordenou que os espanhóis fossem proibidos de entrar na região de Guayrá. A partir daquele momento, o território passou sob a responsabilidade exclusiva dos jesuítas. O fato despertou uma dura reação contra os jesuítas por parte dos colonos paraguaios que se viram privados da força de trabalho indígena e iniciaram a hostilizar a ação dos padres.

Em 1610, Torres Bollo redigiu as *Instruções*, as primeiras normas para os missionários jesuítas que deveriam fundar as reduções junto aos índios. Entre 1611 e 1615, o religioso esteve em diversas paragens, onde fundou Colégios: partiu de Assunção, desceu os rios Paraguai e La Plata; chegou em Buenos Aires, seguindo para Santa Fé, cruzou novamente a Cordilheira dos Andes e retornou ao Chile, de onde partiu para uma nova missão para evangelizar as Ilhas Chiloé (Del Techo (1673/2005)). Em 1615, após terminar a função de Provincial, dirigiu-se para Córdoba, onde fundou o Colégio e permaneceu como Reitor do mesmo, até 1623¹⁵. Em 1631, o Catálogo refere que Torres Bollo estava na Bolívia, no Colégio de La Plata: tinha 79 anos e apesar de estar exausto pela intensa vida missionária, continuava a pregar aos nativos, espanhóis e africanos¹⁶. As mesmas informações aparecem no seguinte Catálogo trienal de 1637¹⁷. Em 8 de agosto de 1638, o jesuíta morreu em Cuquisaca (Bolívia)¹⁸.

¹⁵ ARSI Paraq. 07, f.3, n.1.

¹⁶ ARSI Perú, 4, I, f. 342, n. 293.

¹⁷ ARSI idem, f. 378.

¹⁸ ARSI Hist.Soc. 46, f.2; Necrológios Perú, 15, ff. 151v-152v; Paraq. 15, ff. 46v-47v.



A dedicação de Diego de Torres Bollo à missão entre os nativos foi relatada pelos seus companheiros de missão e pelos cronistas. Diego Martinez, Vice-Reitor do Colégio de La Plata, escrevia dele que era "um homem de grande prudência e experiência" (Egaña & García, 1986, vol. VII, p.5*). Juan de Frias Herran, em carta de 1601, conta que o jesuíta havia feito voto de que "por todos os dias de sua vida ele se dedicaria à missão e conversão dos índios, sem se ocupar de mais nada" (Egaña & García, 1986, vol. VII, pp.215-216). Os documentos atestam que Torres Bollo conhecia as línguas nativas "quíchua e aimara" (Eganã, 1986, vol. VII, p.359). O compromisso do missionário na dedicação aos nativos e na defesa de sua liberdade estava de acordo com as diretrizes da Igreja e especialmente da Generalato da Companhia, pois desde 1603 Cláudio Acquaviva estabeleceu como prioridade o ministério dos nativos. Este ministério também implicava em prover as necessidades temporais dos índios e chamar os espanhóis ao dever de justiça para com eles (Eganã, 1986, vol. VII). Outra importante dimensão da atuação missionária do jesuíta foi o trabalho educativo, que culminou com a fundação do Colégio de Córdoba, sede de uma futura universidade, e dos Colégios de Assunção, Santa Fé e Buenos Aires.

A biografia de Torres Bollo é expressão de um modo-de-ser característico dos seguidores do carisma inaciano no contexto histórico do catolicismo tridentino e do debate teológico jurídico levantado a partir das empresas coloniais.

A atuação do missionário se inscreve integralmente no movimento surgido no catolicismo após as conquistas coloniais, voltado para a afirmação da dimensão pessoal dos nativos americanos e dos decorrentes direitos daquelas populações, contra os abusos dos colonizadores espanhóis e portugueses. Melià ressalta que "essa consciência crítica foi expressa através de pensadores convergentes na chamada Escola Ibérica de Paz, que deu origem à Lei das Nações, fundamento do direito internacional em vigor até hoje" (Melià, 2018, p.20).

As concepções dos direitos da pessoa, dos povos, da dignidade do trabalho humano alicerçadas na tradição filosófica e teológica do cristianismo ocidental encontram-se expostas nos autores da Escola: o domínico Francisco de Vitoria (1537-1538), e os jesuítas Luís de Molina (1568-1583), José de Acosta (1561-1587; 1589), Manuel da Nóbrega (autor do *Diálogo acerca da conversão do índio* 1556-1557) e o famoso pregador Antônio Vieira (1952; 1959) (Melià, 2018). A apropriação que Torres Bollo e os demais jesuítas fazem dessa posição teológica é voltado para o projeto de ação missionária: o eco delas



... pode ser visto nas instruções programáticas com as quais as Reduções começaram e nas denúncias e súplicas com as quais protegeram e defenderam os nativos através de um contínuo recurso ao espírito e à letra da legislação espanhola vigente, que tinha suas raízes no campo fértil daqueles princípios e doutrinas" (Melià, 2008, p.24).

Em suma, o projeto reducional não é inspirado por uma visão utópica da ação e, sim, pelo estilo jesuítico marcado pela acomodação da prática missionária da Companhia ao contexto colonial e às posições jurídicas e filosóficas do catolicismo pós-tridentino, tendo o objetivo de "reduzir as populações guaranis" ao que consideravam "a vida política e humana, que certamente não poderia ser alcançada sem a vida cristã" (Melià, 2018, p.25).

Nesse universo, as cartas e os demais escritos de Diego de Torres Bollo contribuem à construção de uma narrativa histórica rica de facetas. Entre eles, focamos a elaboração das vivências pessoais e comunitárias dos missionários, em termos de "experiência", incluindo nisto as vivências psicológicas.

A experiência nos escritos programáticos de Diego de Torres Bollo

A "experiência" relatada nas cartas de Torres Bollo é uma construção fruto de um percurso iniciado no período de preparação da fundação da Nova Província do Paraguay e sintetizado em alguns documentos programáticos em que Diego elaborou a proposta do que deveria ser uma Redução: o Memorial e as Instruções. Nestes documentos, o autor já mostra dispor de um conhecimento prático do contexto em que atua que lhe permite elaborar a *peiria* (prova e experimento) e a *empeiria* (conhecimento, habilidades e práticas derivados da *peiria*), adquiridas pela vivência missionária em Juli e nas outras tarefas missionárias por ele desempenhadas no Peru. Além disto, Torres Bollo já vivenciara o amadurecimento da consciência da sua vocação de jesuíta, de modo que nesses escritos é visível a tematização do sentido místico da experiência missionária. De um lado, a realidade sensível é interpretada à luz da realidade transcendente e a narrativa é voltada a proporcionar o conhecimento da revelação da ação divina nas circunstâncias da história humana. De outro lado, a narrativa foca a construção da experiência modelar jesuítica, apontando os elementos que possam promover a identificação entre as vivências dos missionários e a vivência do fundador e dos santos da Companhia.

No Memorial, escrito em 1603 durante sua estada na Espanha, em defesa dos nativos, dirigido ao Presidente do Conselho das Índias, Dom Pedro Fernández de Castro, e publicado em Valladolid em dezembro de 1603, Diego realiza uma



síntese da experiência acumulada nas missões latino-americanas que o leva também a uma forte denúncia dos abusos contra os nativos e lhe inspira a formulação de uma proposta concreta sobre como evitá-los (Egaña & García, 1986, vol. VIII, pp.458-482)¹⁹.

O horizonte ideal do Memorial é o conceito de homem como pessoa de tradição aristotélica tomista e agostiniana revisitada pela Escola de Salamanca e pelo Concílio de Trento no que diz respeito à sua aplicação com os nativos dos Novos Mundos (Frias, 2002). Lembremos que Diego de Torres Bollo estudara em Salamanca e, portanto, reflete em suas palavras o ideário do pensamento da Escola Ibérica de Paz, cujos "autores mais significativos" foram "professores que lecionaram em universidades espanholas e portuguesas e missionários que ministraram nas Américas espanhola e portuguesa" (Melià, 2018, p.21, tradução nossa). É este pensamento que Torres Bollo busca traduzir nas práticas de seu projeto reducional.

O ponto de partida do Memorial é a frase do Evangelho: "Buscai primeiro o Reino dos Céus e sua justiça, e todo o resto vos será dado em acréscimo". Ao aplicar este princípio à situação latino-americana, Torres Bollo afirma que

... antes de tudo e com todo esforço possível, o Senhor quer que busquemos o céu para nós e os índios e que as coisas temporais e as riquezas sejam consideradas como acessórios, porque Ele as dará como um acréscimo". ... Da observância e fidelidade a esta ordem e responsabilidade para com Cristo Nosso Senhor depende a salvação dos Índios e a nossa" (Egaña & García, 1986, vol. VIII, p.457, tradução nossa).

Devido à própria natureza missionária da vocação jesuítica, a "salvação dos índios" e "a nossa salvação" se identificam. Este é um ponto muito importante para compreendermos as motivações que norteiam as ações dos missionários e as decisões do próprio Torres Bollo enquanto responsável pela Província.

No Memorial, evidencia-se que a expressão "cuidar da salvação" se identifica com a preservação da integridade das dimensões da pessoa humana. Da afirmação do princípio acima citado, Torres deriva várias consequências. A primeira é que sendo a salvação dos índios a prioridade da ação missionária, este objetivo deveria estar presente em cada decreto, ordem e decisão. Em segundo lugar, a experiência missionária vivenciada leva à formulação de um juízo acerca

¹⁹ Segundo Vargas Ugarte (1934), o Memorial foi imediatamente traduzido em vários idiomas e edições (latim, francês, alemão, espanhol, polonês, italiano) e suscitou reações na Europa semelhantes às produzidas pela leitura das cartas de Francis Xavier e dos primeiros missionários nas Índias Orientais.



do sistema de dominação colonial. Neste, todos os grandes danos são avaliados como resultados da perversão e da inversão do mandamento de Cristo: "já que o governo e as medidas têm como objetivo principal o ouro, a prata e os tesouros daquele Reino, os presentes e o lucro temporal de si mesmos, de suas famílias, servos e amigos" (Egaña & García, 1986, vol. VIII, p.462), "a preservação, vida e salvação dos índios está ameaçada e com ela o sangue e o patrimônio de Cristo" (p.463). A ruptura da ordem do universo inspirada no ideal do cristianismo em prol de uma prática movida pelos afetos desordenados dos poderosos, orientados para bens e objetos enganosos, provoca "o horror e a sujeira dos maus costumes e abusos que surgem da abundância e que normalmente causam maior pobreza e necessidade" (p.462). O projeto reducional é, portanto, a tentativa de restabelecer a ordem cristã no meio da desordem da dominação colonial.

Após analisar e julgar a situação do tempo presente, Torres Bollo esboça vários princípios programáticos para orientar as ações no futuro iminente da missão na nova Província do Paraguai. Em primeiro lugar, importa que o sujeito evangelizador tenha uma dimensão comunitária: "vivendo convencionalmente e com um Superior e uma regra, darão mais frutos entre os Índios com maior edificação e não se perderão nas tentações e solidão" (Egaña & García, 1986, vol. VIII, p.64). Nesse ponto, Torres Bollo evoca a experiência: "porque a experiência nos ensinou que, assim como estar sozinho é prejudicial para os religiosos e para os índios, da mesma forma, doutriná-los vivendo em comunidade é benéfico para todos" (p.464, tradução nossa). É evidente nessas palavras a inspiração que brota da experiência modelar da Companhia de Jesus com sua dimensão comunitária e comprovada empiricamente pela vida missionária.

Outro tópico onde também Torres Bollo faz referência à experiência concerne a escolha dos evangelizadores, cujo único interesse deve ser o do trabalho missionário e que deste modo, 'não poderão servir a dois senhores'. Com efeito, a "experiência das coisas" mostra que os abusos dos espanhóis envolveram também vários padres, os quais assumiram condutas contrárias ao bem dos nativos. Por isto seria importante escolher catequistas e padres "nascidos ou criados lá (nos territórios missionários), que pelo menos têm a vantagem de conhecer a língua e os costumes nativos e de não ter o desejo de retornar à Espanha" (Egaña & García, 1986, vol. VIII, p.456). Essa opção pelos sacerdotes missionários nativos "com virtude e conhecimento" implica também a fundação de colégios que lhes proporcionem esta formação (p.465). E, mais uma vez, o recurso à experiência aparece em suas palavras: "os colégios reformariam o clero e os índios em seus costumes e conhecimento de Deus; como já foi



experimentado no bispado de Quito com o Colégio de São Luís”, iniciado em 1594 e institucionalizado em 1601 (p.466). A expressão “como já foi experimentado” evidencia que a proposta é baseada num conhecimento já adquirido. Essas indicações mostram a perspectiva do jesuíta espanhol, no que diz respeito à necessidade de promover um processo educacional que, com o tempo, produzisse uma mudança real na configuração social, política e religiosa daquela nova cristandade em formação. A fundação dos colégios não teria apenas essa função, mas outra, muito importante. A experiência dos nativos já adquirida pela Companhia de Jesus ao longo de sua presença missionária em América Latina, apontava que nas comunidades indígenas a função do chefe é decisiva para o bem ou para o mal. Torres Bollo propõe a criação de escolas destinadas à formação dos filhos dos chefes que, por sua vez, se tornarão líderes das comunidades: “um Colégio ou Seminário onde os filhos dos chefes que devem suceder-lhes nestas funções sejam educados, para que, instruídos na fé e na educação cristã, possam mostrá-la e ensiná-la aos índios” (Egaña & García, 1986, vol. VIII, p.466). Nesse aspecto também, Torres Bollo busca conformidade à experiência modelar inaciana, pois a educação como ministério da Companhia de Jesus remonta às suas origens. Inácio de Loyola narra em sua *Autobiografia* que em 1524, viu a necessidade de dedicar-se ao estudo para poder ajudar as almas e que estava convencido da estreita correlação existente entre a aquisição da virtude e o estudo das letras. Numa carta enviada por Pedro Ribadaneira por solicitação de Inácio ao Imperador Felipe II de Espanha onde se justifica o empenho da Companhia quanto à fundação de colégios, afirma-se que todo o bem-estar da humanidade e da cristandade depende de uma adequada educação dos jovens. Na Europa, a partir da segunda metade do século XVI, estimulada pelas demandas da sociedade europeia, a educação e a criação de colégios como âmbitos educativos se tornaram o caminho principal de atuação missionária (O’Malley, 2002). Além disso, eram já visíveis os resultados positivos obtidos ao longo de várias décadas pelos jesuítas presentes na América Latina, cujo empenho pedagógico junto às crianças era fundado na convicção humanista de que a inferioridade cultural dos povos nativos se deve à falta de educação e não a uma diversidade estrutural antropológica ou psicológica²⁰. Tudo isto, proporcionava a Torres Bollo, a “experiência das coisas”.

²⁰ É o que declara Manuel da Nóbrega no texto *Diálogo sobre a conversão do gentio*: “terem os romanos e outros gentios mais polícia, que estes, não lhes veio de terem naturalmente melhor entendimento, mas de terem melhor criação, e criarem-se mais politicamente”. (1988, p.240). José de Anchieta afirma numa carta que os filhos dos índios criados nos colégios da Companhia “ficarão firmes cristãos” (carta de 1557, ed. 1988, p.159).



Segundo Torres Bollo, a atuação da experiência evangelizadora assim proposta demandava apoio político e legislativo. Nesse sentido, ele considera o Conselho Real das Índias a principal instituição para a proteção dos Índios no que diz respeito ao bem temporal e espiritual. E para orientar o Conselho quanto às normas para essa proteção, sugere o que define como o "meio para a conservação dos Índios", ou seja, a parte do Memorial estruturada em dezenove pontos, que incluem tanto a denúncia das injustiças atuais quanto as indicações práticas para mudanças futuras. Entre essas, Torres Bollo sugere que os nativos sejam libertados "dos fardos e das provocações que lhes são infligidas pelos administradores das comunidades" e, se possível, colocando um nativo dotado e inteligente à frente da comunidade como governador, "já que há muitos capazes de tais funções" (Egaña & García, 1986, vol. VIII, p.468). E, sobretudo, sejam regulamentadas as condições de trabalho dos nativos. A questão do trabalho é algo muito importante na concepção de pessoa que inspira dos jesuítas. O fundamento é a noção tomista de pessoa, que é livre na medida em que for dona de suas ações²¹. Por isto, é digno do homem apenas o trabalho que seja livre²². No Memorial, Torres Bollo parte do juízo que brota de sua própria experiência missionária acerca dos abusos cometidos pelos colonos espanhóis contra os nativos, "em todos os serviços e ocupações", em primeiro lugar o trabalho forçado e os maus tratos, bem como o fato de não serem remunerados apenas pelo trabalho (p.469), especialmente nas minas de Potosí²³. Além do mais, o excesso de impostos e tributos que os índios têm que pagar ao governo espanhol deixa os mesmos muito empobrecidos ao ponto que em muitos casos se recusam a procriar crianças e, renunciando a criar famílias estáveis, "vagueiam de uma parte para outra" (Egaña & García, 1986, vol. VIII, p.473).

E finalmente, o missionário insiste na importância do conhecimento das línguas indígenas, de acordo com os desejos de Loyola:

²¹ Esta noção é tematizada pelos tratados Conimbricenses. Escreve Manuel de Góis que, se considerarmos os atos humanos quanto ao modo de operar, então toda ação humana é livre. De fato, "Como o modo próprio de operar do homem, enquanto se distingue dos animais, é agir de tal forma que gere o domínio e a liberdade de suas ações, apenas se denominam ações humanas as que o homem tem no seu livre domínio" (Góis, 1957, p.139).

²² A dignidade do trabalho livre e a condenação do trabalho escravo na visão jesuítica será evocado num sermão do pregador jesuíta Antônio Vieira. Sermão ao Enterro dos Ossos dos Enforcados (1637). Sermões, Porto 1959, XIV, p.107: 405.

²³ Com o início da extração mineral na mina do Cerro de Potosí, os espanhóis, sob o comando de Juan de Villarreal, instalaram a população no declive da montanha, que atinge 3.960 metros de altitude. Os indígenas, inicialmente atraídos pelo enriquecimento, afluíram à cidade de Potosí, que chegou a ser das mais populosas naquele período. Com a chegada do vice-rei Toledo, foi imposto o sistema de mita - trabalho indígena forçado - e os mesmos foram segregados em lugares mais distantes. Entre 1597 e 99 Torres Bollo foi reitor do Colégio de Potosí.



Em trinta anos de experiência nas Índias, descobri que os nossos nunca aprendem as línguas dos índios nem os amam, a menos que não esteja entre eles. E sem a língua e sem a aplicação, como lhes falta a graça da vocação ... estão inquietos e voltam para a Espanha ou deixam a Companhia (p.473, tradução nossa).

Somente através da convivência e do estabelecimento da comunicação pelo conhecimento dos idiomas dos nativos, os missionários poderiam estabelecer com os índios um relacionamento moldado pelo amor. A questão das línguas estava em plena consonância com a Instrução do General Acquaviva de 1603 (*El ministerio de los índios*), segundo o qual não se devia ordenar nenhum sacerdote sem o conhecimento prévio das línguas indígenas.

Em síntese, no Memorial, as normas quanto ao trabalho indígena não são fruto de uma visão idealista e da formulação de princípios abstratos, mas da “experiência das coisas” vivenciada pelos jesuítas em missão na América Latina desde o século XVI e por Torres Bollo no Peru. O documento expressa também a capacidade de juízo que brota dessa experiência. O horizonte ideal de Torres Bollo conecta passado, presente e futuro condensados no objetivo da vida identificado a partir da vivência dos Exercícios Espirituais e que é a salvação da alma própria e do outro. Portanto, os textos de Torres Bollo não devem ser lidos apenas como de teor político, ou organizativo, mas como modos de elaboração e proposição da práxis missionária teologicamente inspirada.

No intento de colocar em prática o que estava proposto no Memorial, Bollo redigiu Instruções (1609 e 1610) para os primeiros missionários da nova Província do Paraguai. Nelas, reelabora o mesmo conteúdo à luz da experiência que vinha sendo adquirida naqueles primeiros anos vividos no território.

As “Instruções” são o regimento interno que fundamentou e organizou as reduções: regras de conduta social, orientações que os missionários deviam observar e que asseguravam o bom relacionamento entre as comunidades indígenas e a Companhia de Jesus. A primeira Instrução (1609) era destinada aos padres Cataldino e Mascetta, enviados ao Guairá naquele ano. No ano seguinte, Bollo redigiu uma outra normativa para os Padres envolvidos nas Missões do Paraná, Guairá e Guaicurús, buscando assim a uniformidade nos procedimentos de criação das novas Reduções (Lozano, 1754, pp.248-252).

A experiência pioneira daqueles primeiros missionários em sua convivência com os índios, que será registrada nas Cartas Anuas, deveria ser regida pelas Instruções e a partir delas ser avaliada. Nelas, evidencia-se o uso do método persuasivo jesuítico da *accomodatio*, ou acomodação. Originariamente tratava-se de uma norma retórica que orientava a relação entre o orador e seus



destinatários (proposta por Cícero, na obra *De Oratore* (1996)²⁴. A norma sugere como elemento indispensável para que se efetive a comunicação e a persuasão, que argumentos, termos, imagens utilizadas pelo orador devam ter pertinência e significado no universo vivencial e cultural dos destinatários. A comunicação moldada pela *accomodatio* promoveria a persuasão dos destinatários facilitando neles a mobilização dos apetites intelectivos, afetivos e sensitivos e a modificação das condutas. No âmbito da Companhia de Jesus, a acomodação é um critério presente já nos escritos de Inácio de Loyola, onde se encontra o uso frequente desse termo, em função de um entendimento mais profundo do interlocutor, visando à orientação ("direção") de sua vida espiritual. Nas missões, em decorrência da aplicação desse critério, os jesuítas se preocupavam em adaptar seus métodos e recursos aos métodos e recursos próprios da tradição cultural dos indígenas, introduzindo em seu projeto cultural, aspectos característicos desta tradição (no caso do Brasil, por exemplo, a dança, o canto, o idioma tupi-guarani e as línguas de outras etnias presentes no território) (Massimi & Freitas, 2007). Na primeira Instrução, há uma série de prescrições e conselhos importantes destinados a criar um espaço cultural e religioso novo e autônomo no âmbito da legislação espanhola, em relativa continuidade com o modo de ser Guarani logrado como êxito do processo de acomodação. A primeira prescrição diz respeito ao cuidado de que o planejamento da dimensão urbana da Redução respeite a concepção de espaço dos nativos. A acomodação ao modo de ser desses passa pelo reconhecimento da importância da organização espacial e urbana. A cidade deveria ser disposta à maneira dos peruanos, ou como os índios mais gostavam, "com suas ruas e quadras, dando um quarteirão a quatro índios, muito a cada um, e que cada casa deveria ter um pequeno jardim e a igreja e a casa dos padres na praça, dando ... o lugar necessário"; "fazendo isso pouco a pouco e a gosto dos índios" (Lozano, 1755, p.138). Torres Bollo cuida de que sejam garantidas as condições de bem-estar material e espiritual dos índios reduzidos: a escolha do lugar, o fato de que os índios na medida do possível mantenham seus hábitos tradicionais; a construção de casas ("dando uma quadra a cada quatro índios e um solar a cada um e que cada casa tenha uma pequena horta"); "se funde assim o povoado com ordem de ruas e deixando a cada índio espaço suficiente para sua cabana e pequena horta" (Lozano, 1754, p.49); o respeito da hierarquia social na organização espacial ("pondo nossa casa e a igreja no meio, e as casas dos caciques próximas de nós").

²⁴ Do latim *accomodatio*, derivada de *commodus* – *cum* + *modus*, sendo o mesmo que "com modos, com medida").



Outro aspecto de acomodação diz respeito à escolha do ambiente natural para a construção do núcleo urbano. Torres Bollo insiste repetidamente que se instaure um processo de comunicação com os índios, ressaltando a necessidade de consultá-los, especialmente quando se trata da escolha do lugar geográfico para a Redução: quanto a isto, "eles mesmos darão a melhor opinião [nº 7]" (Lozano, 1754, p.138).

Para os missionários, um passo essencial, deverá ser "aprender e estudar a língua guarani, e praticá-la com os índios" (Lozano, 1754, p.136). Já vimos no Memorial, que a aprendizagem de idiomas é tida como central. Na Segunda Instrução, Torres Bollo explica ainda mais claramente que, para conhecer a língua:

... os missionários devem sempre estudá-la com muito cuidado, não contentes em conhecê-la como eles desejam, mas com eminência; alcançar competência [...] e sempre praticando a fala: estar convencidos de que a conversão dos índios [...] depende em segundo lugar dela" (Lozano, 1754, p.248).

Por fim, nas Instruções, Torres Bollo elabora um juízo nascido da experiência das coisas, acerca do valor do sistema Guarani, especialmente no que diz respeito a forma de governo. Torres Bollo considerava que não deveria haver uma ruptura com o sistema tradicional dos nativos e devia se manter o regime de governo dos caciques (Lozano, 1754)²⁵. Reencontraremos nas palavras de Antônio Vieira (1632-1697), análogo reconhecimento da legitimidade das soberanias indígenas: "pois tem a mesma relevância para a soberania e liberdade, tanto a coroa de penas como a coroa de ouro, tanto o arco como o cetro" (Vieira, 1952, vol. V, pp.341-342).

As cartas como elaboração da "experiência"

Nesse horizonte, ocorre a redação das Cartas Anuas. Como já dito, escolhemos as cartas que se referem aos inícios da experiência reducional para nelas apreendermos a elaboração da experiência, nas diversas e múltiplas dimensões acima assinaladas. Dessa elaboração, as cartas são os documentos mais explícitos e por isto a análise delas dedicaremos um espaço mais amplo.

²⁵ Infelizmente, mais tarde serão criadas novas estruturas e funções, baseadas nas Leis das Índias - por exemplo, uma forma de governo municipal com corregedores, cabildos, alferes, secretários, promotores públicos e outros cargos, o que implicou transformações significativas em relação ao sistema indígena.



1. A experiência modelar realizada na vida missionária

Nas primeiras cartas de Torres Bollo, é descrita a experiência modelar dos missionários jesuítas colocada em prática na ação. Um aspecto muito importante dessa, é o desejo da convivência com os índios e na medida em que esta ocorre, o amadurecimento da decisão de viver permanentemente entre eles. A narrativa de Torres Bollo parece estruturar-se por volta de um único eixo persuasivo: é preciso mostrar que a missão nas Reduções realiza a vocação jesuíta²⁶.

O cuidado em explicitar a experiência modelar atuada nas vivências daqueles primeiros companheiros em missão relatadas nas Cartas Anuas evidencia-se na ênfase quanto ao protagonismo deles: de fato, há muitas citações de missivas destinadas ao Provincial e escritas dos locais de missão. Tais citações servem para evidenciar o ocorrer da experiência missionária como *peiria*, prova, verificação do projeto evangelizador e como aquisição da *empeiria*, conhecimento da nova realidade. Os êxitos quanto à evangelização dos nativos, inicialmente escassos, não constituem, portanto, o critério principal para avaliar a bondade da empresa.

Assim, nas cartas, o relato das circunstâncias do presente missionário visa sempre as reconduzir à dimensão da realização do ideal vocacional do jesuíta. Nessa perspectiva, Torres Bollo descreve nos detalhes as difíceis condições de vida nas quais versam os missionários na busca de estabelecer contato com os índios e fazer-lhes a proposta da redução. A ênfase na escassez da comida e nos inúmeros perigos do território e das populações serve para evidenciar a decisão daqueles enviados quanto à sua missão e compor o retrato de suas vidas itinerantes e pobres, feitos peregrinos como o santo fundador, Inácio. De modo que o caminho impérvio e fatigante é, por si mesmo, gesto de oração, de penitência e de imitação. A aceitação das condições árduas da vida torna-se também prática espiritual.

Ao retratar a experiência interior daqueles enviados, Torres Bollo reserva um espaço à manifestação dos afetos. Dentre eles, o afeto da esperança. São recorrentes expressões como estas: “verdade é que não conseguiram fazê-los cristãos, porém há uma esperança fundada de que conseguirão fazê-lo logo” (1612, em Leonhardt, 1927, p.450); “grandes esperanças do serviço de Deus que prometem, e ajuda das almas” (p.493); ou “temos firme esperança que na Anua do ano que vem, poderemos dizer a Vossa Paternidade que não apenas terminou o serviço pessoal no Reino do Chile como também está em bom estado

²⁶ Este objetivo se fazia necessário pois possivelmente haveria no âmbito da Companhia visões diferentes a respeito da oportunidade do envio dos missionários a esses destinos (Morales, 2005).



a paz que tantas almas e fazenda custou” (p.491). Na concepção do dinamismo psíquico próprio da psicologia filosófica dos jesuítas exposta nos tratados Conimbricenses, esse afeto é um apetite intelectual que brota quando se busca a realização de um bem árduo. Especificamente, trata-se de um fenômeno próprio do apetite irascível que imagina poder conseguir o bem almejado (Góis, 1957). No âmbito da classificação aristotélica tomista dos afetos, divisos em dois grupos (os que pertencem ao apetite concupiscível e os que pertence ao apetite irascível), a esperança é colocada nesse segundo. A esperança, assim como os demais afetos, pode se manifestar com grande intensidade e os efeitos disto são descritos por Manuel de Góis, autor dos tratados, usando a metáfora dos ventos: “como estes perturbam o mar com as tempestades, assim aquelas perturbam o espírito com movimentos turbulentos. O que alguém expressou deste modo: ‘A esperança levanta os animosos’” (Góis, 1957, p.203). Numa tradução literária desses saberes filosófico, Antônio Vieira se refere à esperança no *Quinto discurso das Cinco Pedras da Funda de Davi* (1676) como o afeto capaz de realizar uma, de outro modo impossível, operação: “a esperança é um afeto que do tempo faz eternidade” (Vieira, vol. V, 1959, p.679), transformando “um tormento, que do tempo faz eternidade, com um gosto, que da eternidade faz tempo” (p.697).

A experiência dos primeiros encontros com os nativos retratada por Diego de Torres Bollo não revela traços de espontaneidade e afetividade, mas pelo contrário, mostra-se orientada por critérios ideais preestabelecidos. Acompanhemos, por exemplo, o relato da entrada dos dois padres italianos, Giuseppe Cataldini (1571-1653) e Simone Mascetta (1577-1658) nos territórios ocupados pelos Guaranis, no Guayra, a saber a região chamada de *Tibajida* (correspondente ao rio Tibagi, atual parte centro oriental do Paraná, Brasil), onde pretendiam pôr os pilares da primeira redução seguindo as Instruções. O Provincial narra que a chegada dos missionários num espaço habitado por vários grupos indígenas logo chamou a atenção desses, que lhes foram ao encontro de modo aparentemente amigável. Relata a carta: “saíram ao seu encontro muitos índios de diversas nações em suas canoas. Cada um desejava e pedia que os Padres fossem a suas terras” (1612, em: Leonhardt, 1927, vol. I, p.495). Reparemos aqui que não há nenhuma descrição desses índios. Com efeito, Gadelha (2005) assinala a existência de diferenças entre as Anuas dos padres vindos para o Brasil nas primeiras missões, entre 1549 e 1568 e as anuas do Paraguai. Nestas, os jesuítas já não descrevem o modo-de-ser dos Guaranis, como seus antecessores do Brasil fizeram ao descrever o mundo Tupi: “as Cartas Anuas paraguaias expressam a realidade de um mundo já colonizado ..., faltam



os detalhes da surpresa perante o inusitado, encontrados nas cartas do século XVI que retratam com detalhes a terra e as gentes *brasilis*, preocupando-se em bem informar o Pe. Ignácio de Loyola e seus companheiros” (Gadelha, 2005, pp.81-82).

Todavia, há um aspecto da narrativa daquele primeiro encontro que chama a atenção do leitor. O lugar onde os dois missionários tomaram assento encontrava-se sob a liderança do cacique Guaimbaró com uma população de 200 indígenas Guarani, vivendo numa casa comunitária da família extensa. Aqueles indígenas, sabendo que os padres entraram em sua terra, foram os primeiros que saíram a recebê-los e ofereceram, de imediato, suas terras para que nele assentassem a residência. O cacique cedeu a sua própria casa para eles ocuparem até que conseguissem construir a sua própria. Os padres observaram o local e, aparentemente, poderia corresponder ao que eles queriam, pela facilidade de acesso pelo rio. Entretanto, não aceitaram o convite, algo aparentemente incompreensível. As razões desta conduta, porém, estão no fato de que Cataldini e Mascetta deviam seguir o que lhes fora determinado nas Instruções, ou seja, a norma que, antes de se fixarem, ocorria conhecer bem a região para que pudessem fazer a escolha certa e evitar um possível fracasso do plano missionário. A norma para eles traçada nas Instruções era que procedessem numa exploração do território geograficamente melhor para estabelecer o assentamento que originaria a criação da redução. Os critérios da escolha eram indicados no Memorial e nas Instruções e aqui evidenciados na carta: terras maiores e mais espaçosas, nas partes altas, próximas ao rio com acesso fácil pela navegação. A conduta dos dois assim como retratada na carta do Provincial encarna a experiência modelar jesuítica moldada pela virtude da obediência aos Superiores. Nesse tipo de experiência, a deliberação é plasmada pela obediência e não apenas pela coragem e pela curiosidade diante da presença da alteridade; tanto menos pela espontaneidade e pelas reações afetivas. Na peregrinação dos missionários em busca do lugar onde iniciar a construção, o reconhecimento do território, o contato com aqueles que o ocupam e as decisões tomadas são sempre atos realizados em obediência.

2. A experiência-das-coisas e a convivência com os nativos

Outro aspecto da experiência missionária focado nos parágrafos seguintes dessa mesma carta de 1612 é a aquisição da experiência-das-coisas, através das conversações com os índios, conforme recomendado no Memorial. De fato, Cataldini e Mascetta, uma vez feita uma previa escolha do local, visitaram



novamente as aldeias e se aproximaram dos caciques. Nas conversações com esses, foram confirmados quanto a escolha do rio Pirapó como área adequada para a criação da primeira Redução. Importava aqui a correspondência entre o sentido do nome do rio na língua guarani e os critérios de escolha do lugar para a fundação, indicados nas Instruções. Essas recomendavam que se escolhessem locais ricos em abundância de água, pescarias, boas terras que não fossem alagadiças, clima agradável, sem mosquitos e isentas de outros incômodos. E os nomes de alguns rios na língua Guarani eram indicativos dessas qualidades. Pirapó quer dizer barulho de peixe e vista de peixe, ou seja, lugar no qual se pode ouvir o som e ver os peixes. Assim, seguindo as Instruções de Torres Bollo, os jesuítas acomodaram-se ao conhecimento transmitido pelos nativos. O entendimento do “sentido dos nomes dos rios, dos locais, dos acidentes geográficos, da vegetação, do solo, e outros objetos, torna-se uma porta para o reconhecimento da cultura Guarani. Logo, o nome Pirapó certamente valeu como um indício para a escolha do lugar e para a justificativa de tal escolha (Manfrin, 2002). Em suma, a “experiência das coisas” obtida pela observação e pela conversação com os índios no idioma deles se torna muito importante para o bom êxito da missão.

A fundação do primeiro assentamento é retratada com palavras que marcam o valor simbólico da aliança estabelecida com os índios e quantificam a entidade numérica das adesões indígenas, tendo em vista a consolidação do projeto missionário: “No fim do primeiro assentamento e acordo, trocaram a palavra e deram seu nome para fazer dos povos um só e no mesmo Pirapó de 3 mil índios que contados com suas mulheres e filhos ... são dezoito mil almas” (Torres Bollo, 1612, em Leonhardt, 1927, p.498).

Um importante aspecto da experiência evidenciado pelas cartas anuas de Torres Bollo é o fato de que, apesar da comprovada braveza dos índios, os missionários aprendem a viver no meio deles, de modo que, após algum tempo, percebem-se como se estivessem em suas próprias casas. Na carta enviada a Acquaviva de Córdoba de Tucumán, aos 15 de fevereiro de 1612, o adendo contém, entre outras, a missiva de Padre Pedro Romero (1585-1645) em missão entre os Guaycurus. Romero escreve que, apesar desses povos serem muito temidos estando “sempre com armas em mão, mais que tigres e leões em suas terras” (p.532), inesperadamente por “não sei eu por que milagre de Deus, eles se submeteram a nós e são disponíveis a tudo o que nós queremos”. E é um milagre “que dois Padres somente estejamos entre eles em segurança assim como poderíamos estar num colégio da Companhia” (em Leonhardt, 1927, vol. 1, p.532). Com efeito, a experiência missionária dos jesuítas é moldada pela



percepção da constante intervenção sobrenatural: contam com a presença divina como mediadora de suas interações com os índios. A expressão utilizada na carta por Romero “estamos em segurança entre eles assim como num colégio da Companhia” assinala a possibilidade de uma vivência comunitária com os índios, obtida não pela força militar ou numérica (“estamos apenas em dois”) mas por um evento prodigioso (chamado de “milagre”) de acolhida e de confiança recíproca. A vida na terra dos Guaycurus se compara, portanto, à vida num colégio da Companhia: mais uma vez a terra de missão se identifica com as condições necessárias para viver a própria vocação religiosa.

Outra carta anua de Torres Bollo a Acquaviva de 1614, descreve a continuidade da missão de Pedro Romero (1585-1645) e Antônio Moranta (1579-1645) entre os Guaicurus e o consolidar-se da experiência narrada em 1612. Alguns sinais na conduta dos índios causam “grande consolação” aos dois jesuítas: “Esses são já muito mais acessíveis, ouvem a doutrina, têm afeto para os Padres, e os consideram como enviados do Céu”. Acessibilidade, escuta, afeto e estima são indícios do estabelecimento de uma relação de confiança (Leonhardt, vol. II, p.449). Não sabemos quais fossem as reais razões pelas quais os guaranis tentaram uma aproximação. Todavia, importa frisar que, na interpretação dos jesuítas e de modo específico de Torres Bollo, para aqueles Índios, tanto fiéis como infiéis “somos os únicos e verdadeiros protetores e pais” (p.449). E relata a correspondência dos índios ao trabalho dos missionários, mesmo antes da conversão, afirmando que eles “cuidam dos nossos”, “com soma confiança”, e “andam os nossos entre os índios infiéis com soma segurança” (p.449).

Torres Bollo cita também carta de Padre Moranta (1579-1645): “eu vivo aqui tão contente que me sinto como que submergido pela torrente das delícias celestiais. Por isto, tão encarecidamente suplico a Vossa Reverencia que me deixe por toda a minha vida nas missões dos índios” (Leonhardt, 1927-29, vol. I, p.450).

3. *Dinamismo psíquico e vivência missionária: Os afetos*

A realização da vocação missionária é comprovada pela vivência de afetos intensos como o contentamento que sustenta a decisão de permanecer junto àquela comunidade de índios.

Na Carta Anua de 1611, Torres Bollo cita uma missiva recebida por Maciel Lorenzana (1565-1631), um dos primeiros jesuítas enviados ao Paraguai. Na carta, Lorenzana descreve a vivência pessoal dos afetos da consolação e ternura,



movidos pela conversão e o batizado de alguns guerreiros guaranis, fato este especialmente significativo pois aconteceu ao longo da preparação para uma batalha árdua. Na ocasião, aqueles guerreiros guaranis reconheceram e pediram para receber o sacramento do batismo como fonte de força para a luta: “batizados todos os guerreiros com grande consolação deles e minha, ao ponto que parecia um dia de grande festa e alegria mais do que de batalha contra o inimigo” (Leonhardt, 1927-29, vol. I, p.500). O conhecimento deste fato moveu as mulheres e os anciãos da tribo, refugiados no monte pela iminência da guerra, para também descer à igreja e pedir que lhes fosse ministrado aquele sacramento:

Aqui era um espetáculo de grande ternura, começar a sair do monte as mulheres e correrem até a igreja. E as velhas de setenta e de oitenta e de cem anos com seus báculos nas mãos, tão depressa que pareciam moças na idade e esquecidas de todo perigo para o corpo, que tão de pressa tinham somente recordando-se da vida da alma. E assim me diziam: “Padre, batiza-nos, fazei-nos filhas de Deus, pois pode ser que nós morramos”. Tendo então realizado a mesma preparação com elas assim como fiz com os homens, as batizei com minha grande consolação (p.501).

Lorenzana interpreta o seu relacionamento com os índios, qual reflexo da Paternidade divina e evoca a experiência afetiva da consolação, algo que acontece, “no meio deles”: “experimentamos aqui uma paternal e amorosa providência do Senhor em consolar-nos no meio de todos eles” (Leonhardt, 1927-29, vol. I, p.501).

Que tipo de afeto é a consolação? A consolação é um apetite intelectual tipicamente jesuítico, descrito por Inácio de Loyola em seu Diário espiritual²⁷. Trata-se de um fenômeno complexo (um “movimento interior”) que envolve a dimensão psíquica da pessoa, mas também a corporal e a espiritual e reúne em si vários afetos, tais como a esperança, o amor, a comoção até as lágrimas, a dor e a alegria. Tais afetos promovem a aquisição de virtudes no plano espiritual, tais como fé, caridade e esperança.

²⁷ “Chamo consolação, quando na alma se produz alguma moção interior, com a qual vem a alma a inflamar-se no amor de seu Criador e Senhor; e quando, conseqüentemente, nenhuma coisa criada sobre a face da terra pode amar em si mesma, a não ser no Criador de todas elas. E também, quando derrama lágrimas que a movem ao amor do seu Senhor, quer seja pela dor de seus pecados ou da Paixão de Cristo nosso Senhor, quer por outras coisas diretamente ordenadas a seu serviço e louvor. Finalmente, chamo consolação todo o aumento de esperança, fé e caridade e toda a alegria interior que chama e atrai às coisas celestiais e à salvação de sua própria alma, aquietando-a e pacificando-a em seu Criador e Senhor”. (Loyola, 1996, p.72).



Com efeito, a concepção inaciana do dinamismo pessoal se constitui no alicerce de uma antropologia unitária de matriz grega e medieval na qual não há solução de continuidade entre fenômenos corporais, anímicos e espirituais. Nessa perspectiva, os saberes dos filósofos e teólogos e os saberes dos médicos se complementam, expressões de um universo de sentido unitário.

O fenômeno da consolação é um exemplo dessa visão unitária onde corpo (lágrimas), psique (amor, dor, alegria, quietude e pacificação), e espírito (aumento de esperança, fé e caridade; chamado e atração às coisas celestiais e à salvação de sua própria alma) se interpenetram. Na vida dos missionários, a consolação brota quando se reconhece uma correspondência entre a circunstância vivida e o ideal, conduzindo à decisão de um empenho ainda mais intenso à missão, em particular à dedicação e ao convívio com os índios. De fato, assim continua Lorenzana:

Estou resolvido a não os desamparar por qualquer perigo que haja (isto escrevi respondendo a um Superior que me convidava a dizer se eu gostaria de sair daquele povoado). Nem me parece que com boa consciência poderia fazê-lo pois o Bom Pastor dá a sua alma para suas ovelhas, etc.; “Eu ficaria sozinho entre eles se for necessário, e digo que a meu ver que de nenhuma maneira eu poderia desamparar a estas gentes com boa consciência, pois não vejo neles nenhum gênero de malícia” (Leonhardt, 1927-29, vol. I, p.502).

O envolvimento afetivo com os nativos, leva o missionário a uma experiência e a um conhecimento a partir do qual formula um juízo sobre a bondade natural dos índios.

Em outras cartas também, o brotar de afetos é um sinal do estabelecimento de uma relação positiva entre índios e missionários, conforme testemunha a seguinte carta escrita por Padre Pedro Romero e citada pelo Provincial em sua Anua. Romero narra que não muito distante da redução em que vive, mora um cacique, com grande séquito:

A este, a quem chamamos João ... temos atraído a nós com tão grande êxito que veio nos visitar com seus seguidores e com sua família com grandes sinais de afeto para nós. Prometi a ele que Vossa Reverência enviaria a eles dois missionários; notícia pela qual se alegrou muito, prometendo ele de sua parte que em suas terras destinaria um lugar apto para a redução e para a vivenda dos índios; cumprirá suas palavras pois ele é dócil assim como o são os seus índios, de gênio bom e dispostos para ouvir a pregação evangélica (Leonhardt, 1927-29, vol. I, p.532).



Os sinais de afeto do cacique vão desde a assunção do nome cristão, até as visitas com seguidores e familiares e a alegria pela chegada de missionários em suas terras. Para o missionário, essas manifestações são indícios que reforçam nele a convicção de que aquele índio “cumprirá sua palavra”, de que é “dócil” assim como o são seus seguidores, de que aquele povo “têm um gênio bom e disposto para ouvir a pregação evangélica”. Neste caso também, a manifestação de sinais de afetos pelos nativos, leva o missionário a elaborar um juízo positivo quanto a bondade natural dos índios.

Isto coloca em evidência a importância das vivências afetivas na relação com os índios tendo em vista o incremento do trabalho missionário dos jesuítas. Com efeito, na concepção aristotélico tomista de pessoa que inspira os jesuítas, os afetos (ou apetites sensoriais) movem a vontade (apetites intelectivos) criando disposição para a compreensão, a persuasão e as mudanças de conduta (Massimi, 2020). Segundo os tratados Conimbricenses, os afetos intensos, se forem ordenados pela razão, são possíveis condições para a virtude: “se lhes antepusermos a razão como senhora (a que se submetem com obediência civil) podem ser utilizadas para a moderação e o equilíbrio e chamadas para as obrigações das virtudes, merecendo louvor e prêmio” (Góis, 1957, p.199).

4. Uma carta-testamento

Na Carta a Acquaviva de 1615, a última Anua que escreverá no cargo de Provincial, Torres Bollo sintetiza os fatores da experiência vivida pelos missionários e coloca uma ênfase particular no início da nova obra das Reduções, marcada pelo “turbilhão das persecuções” e pelo “entusiasmo dos padres”, seguidores dos exemplos de Inácio e Loyola e do próprio Cristo. Para descrever esse entusiasmo, emprega a metáfora do “fogo”.

A carta delinea o retrato daquela que, na perspectiva do autor, seria a experiência modelar jesuítica encarnada nas circunstâncias da vida missionária e apologiza o contexto das Reduções recém-formadas como plenamente adequado para nele se viver essa experiência. Lembre-se que a função da carta anua é também de ser um meio para elaborar e comunicar essa experiência, de modo a ser disponível para todo o corpo da Companhia espalhada pelo mundo e contribuir para sua edificação; e deve ter qualidade persuasiva para suscitar novas vocações missionárias através de sua leitura. Desse modo, esta Anua de Torres Bollo apresenta-se como uma síntese dos resultados do trabalho missionário do autor, sobretudo quanto à criação da província do Paraguai, tendo em vista transmitir a memória junto às novas gerações da Companhia e



convencer os Superiores e os leitores de que a experiência modelar inaciana pode se realizar integralmente nas terras guaraníticas daquelas longínquas partes da América Latina.

Ao narrar a vida dos missionários naqueles primeiros espaços reducionais da Província do Paraguai, Torres Bollo evidencia que se trata de experiências que, apesar de ocorrer num lugar particular, podem acarretar “consolação e glória para a Universal Companhia” (Leonhardt, 1929, vol. I, p.266). Descreve vários aspectos do trabalho missionário já realizado e ressalta “a notícia dos prontos e assíduos trabalhos dos Nossos em favor do povo”; bem como o empenho “para a abolição da escravidão dos índios, e a devolução de seu correspondente e da verdadeira liberdade” (Leonhardt, 1929, vol. I, p.267).

Torres Bollo declina na escrita as razões do incremento do estilo missionário jesuítico, o “nosso modo de viver”, que pode se observar naquelas terras de missão. O ponto principal assinalado é a presença do “fervor do espírito”, interpretado como continuidade daquele fervor próprio da história milenar do cristianismo, transmitido à Inácio de Loyola e por ele à Companhia. Desse fervor, “procede como de sua abundante fonte o bom cumprimento de nossos deveres”. E, paradoxalmente é alimentado pelas perseguições: “aquele antigo fervor da nascente Companhia, seu amor ao grande Deus e aos homens, de ali se incendiou, ou seja, do turbilhão das perseguições” (p.268). Disto, brota “o entusiasmo de todos os nossos Padres, ainda mais fervoroso e resplandecente este ano, porque houve muitas perseguições em todas as partes, tanto que não esteve livre delas nenhum lugar, nenhuma das nossas casas mais importantes destas Províncias” (p.268).

Torres Bollo delinea os frutos desta experiência usando a metáfora do fogo (fervor) e das chamas (efeitos) que se fazem presentes naquelas comunidades de missionários. Em primeiro lugar o aumento (“se incendeu muito”) do “amor mútuo” e da “intima união”. Em segundo lugar, “o amor à pobreza”, que “resplandeceu cada vez mais”, “não atraindo nenhuma comodidade humana ao nosso coração cheio de desejos celestiais” (p.268). Em terceiro lugar, o amor a Nossa Senhora, na carta especificado na forma do culto da Virgem de Loreto a quem Torres Bollo vimos ser muito devoto e a quem se dedicou uma das primeiras reduções (“uma grande devoção à Virgem de Loreto, ela que em quase todas as partes possui uma capela muito frequentada”, p.268). Em quarto lugar, as “chamas” se manifestam nos inúmeros sinais da Providência divina quanto ao cuidado dos missionários, que nunca estiveram desamparados naquelas partes: “é uma admirável bondade e providência de Deus para conosco já que não temos nada e possuímos tudo; não há renda anual e, contudo, temos gastos incríveis:



por parte dos nossos, por parte dos índios jornalheiros e a causa dos muitos, longas e difíceis viagens” (p.268). Em quinto lugar, a “chama” se evidencia no empenho dos missionários quanto ao estudo das línguas indígenas, conforme desejado pelo fundador, pelo Padre Geral e pelo Padre Provincial: “o grande empenho de todos os nossos e dos alunos desses seminários em aprender os muitos e difíceis idiomas dos índios”. E por fim, mas não menos importante, Torres Bollo ressalta o clima de recolhimento e a meditação com que os jesuítas se dedicam ao “estudo das coisas de Deus” (p.268), não havendo contraposição entre dedicação à evangelização dos índios e vida de oração.

A experiência narrada aponta para a presença de afetos de entusiasmo, consolação, amor como expressões daquele “fervor de espírito” que, ao longo da história, caracteriza o cristianismo autêntico.

A intensão persuasiva do escritor manifesta-se com potência nessa última carta: aqueles missionários pioneiros nos territórios reducionais têm uma auto-compreensão de suas vidas, como sequela aos acenos da “divina direção”, conforme ensinado pelos Exercícios espirituais. Mas, sobretudo, a carta revela a auto-compreensão que Diego tem de sua própria intensa história missionária e de sua identidade de jesuíta. É uma documentação muito clara de quanto afirmado por Pécora acerca do sentido da carta jesuítica “como uma espécie de mapa retórico do progresso da conversão” (Pécora, 1999, p.373) de seu autor.

Conclusão

A ênfase na experiência que vimos recorrente nos escritos e cartas de Diego de Torres Bollo tem o objetivo de marcar que o ideal somente se realiza na ação. A narrativa da própria vida e dos companheiros de missão sintetizada nas cartas visa espelhar, na reconstrução do campo de ação das Reduções, o programa ideal traçado no Memorial e nas Instruções e inspirado ao modelo inaciano. Trechos das missivas dos missionários que empreendem as primeiras formas de convivência com os índios e que confiam ao Provincial suas experiências no campo, são compostos por Torres Bollo em suas cartas anuais de modo a dar-lhes voz e comprovar a possibilidade de viver plenamente o ideal jesuítico traçado pelos Exercícios espirituais, naquele ambiente missionário.

Os traços da dimensão pessoal, inclusive psicológica, que evidenciamos na escrita (especialmente, os afetos) adquirem sentido pleno somente nesta perspectiva. A pessoa de cada missionário no contexto de seu ambiente de atuação é tomada como participante de uma comunidade, de um corpo maior, sendo a ação individual a esse articulada. As vivências físicas, psicológicas e



espirituais são interpretadas num universo de significado moldado pelos valores próprios do carisma inaciano. Nesse âmbito, a dimensão subjetiva espelha a dimensão comunitária.

A descrição da relação com os índios, é marcada pela intenção de convencer o destinatário da carta quanto a eficácia da ação missionária, da qual o índio é o objeto principal. Nessa perspectiva, o interesse não é tanto o conhecimento do índio e de sua alteridade, quanto a demonstração de que esse “outro” poderia ser ‘reduzido’ a “um dos nossos” através da convivência. Vimos que a fundação das Reduções foi quase que um experimento missionário da Companhia de Jesus, realizado também à revelia de opiniões contrárias presentes na Ordem: por isto, importava convencer os Superiores, especialmente o Padre Geral, acerca das experiências positivas de intercâmbio e de adesão vivenciadas com os nativos enquanto destinatários da ação missionária. Especialmente era oportuno ressaltar a possibilidade de viver com os índios uma experiência efetivamente comunitária, de estar em segurança entre eles como num colégio da Companhia, parafraseando uma carta acima analisada. Na fase inicial em que se encontrava a criação das Reduções, essas afirmações poderiam favorecer o fortalecimento da empresa missionária justificando o envio de outros companheiros.

Por fim, o valor das Instruções, do Memorial, das cartas de Diego de Torres Bollo não se limita apenas ao âmbito institucional em função do qual foram formulados. A narrativa de Torres Bollo aproxima do leitor de hoje esse universo ideal, declinado na epopeia missionária dele e de alguns dos seus companheiros, nos inícios daquela que se tornará uma história exemplar da presença dos inacianos no mundo: as missões jesuíticas nos territórios guaranícos. Mostra ao leitor que essa história exemplar nasceu pela iniciativa de alguns homens que se lançaram corpo e alma no meio de um contexto conflitivo e violento, num enorme esforço de aproximar dois mundos tão distantes como eram o dos europeus e dos guaranis do século XVII.

Referências

- Anchieta, J. (1988). *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Custódio, L. A. B. (2010). *Ordenamientos urbanos y arquitectónicos en el sistema reduccional jesuítico guaraní de la paracuaria: entre su normativa y su realización*. Tese de Doutorado, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, Espanha.



- Del Techo, N. (2005). *História de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús*. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch, Fondec (Original publicado em 1673).
- Egaña, A. & García, F. H. (Org.) (1986). Monumenta peruana. Em: Monumenta histórica Societatis Iesu, Monumenta missionum societatis Iesu, vol. III e 7.
- Fleck, E. C. D. (2004). Almas em busca da salvação: sensibilidade barroca no discurso jesuítico (século XVII). *Revista Brasileira de História*, 24(48), 255-300.
- Fleck, E. C. D. (2008). La retórica de la alteridad: el registro y la experiencia en los territorios de misión de indios guaraníes (Provincia Jesuítica del Paraguay, siglos XVI y XVII). *Historia y Grafía*, 31, 193-220.
- Frias, S. (2002). La dignidad del indígena en los escritos de Diego de Torres. *Anuario del Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos S. A. Segreti*, 2-3(1-3), 321-336.
- Gadelha, R. M. A. F. (2005). A experiência jesuítica no Brasil: contribuição para uma análise compreensiva das cartas anuas paraguaias. Em C. Page (Org.). *Educación y evangelización. La experiencia de un mundo mejor* (pp. 281-289). Buenos Aires: Jornadas Internacionales sobre Misiones Jesuíticas.
- Góis, M. (1957). *Disputas do Curso Conimbricense sobre os Livros da Moral a Nicômano de Aristóteles, em que se contém alguns dos principais capítulos da Moral*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. (Original publicado em 1593).
- Leonhardt, C. & Ravagnani E. (Orgs). (1927-1929). Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1609-1614). Em *Documentos para la História Argentina* (Tomo XX). Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Talleres S. A. Casa Jacobo Pueber.
- Lozano, P. (1754). *Historia de la Compañía de Jesús en la provincia del Paraguay* (2 vols.). Madrid: Imprenta de la viúva de Manoel Fernández.
- Manfrin, A. (2002) *Loreto (1610-1631): Guyraypotý do Pirapó*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, MS.
- Massimi, M. (2013). A "experiência" em cartas dos jesuítas missionários no Brasil nas primeiras décadas do século XVI. *Antiguos jesuitas en Iberoamérica*, 1(1), 92-111.
- Massimi, M. (2020). *Psychological knowledge and practices in Brazilian Colonial Culture*. Switzerland: Springer Nature, 2020.



- Massimi, M. (2021). Coimbra Psychology in Brazilian Land. Em M. S. Carvalho, S. Guidi (Eds.). *Conimbricenses.org Encyclopedia*. Recuperado em 16 de fevereiro, 2021, de <http://www.conimbricenses.org/encyclopedia/coimbra-psychology-in-brazilian-land>.
- Massimi, M. & Freitas, G. R. (2007). Acomodação retórica e adaptação psicológica na pregação popular dos jesuítas na Terra de Santa Cruz. *Mnemosine*, 3(1), 111-135.
- Massimi, M., Mahfoud, M., Silva, P. J. C., & Avanci, S. R. (1997). *Navegadores, colonos e missionários na Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Loyola.
- Melià, B. (2018). Las reducciones jesuíticas de guaraníes en el marco teológico jurídico de la Escuela Ibérica dela Paz. *Antíteses*, 11(21), pp.18-38.
- Morales, Martín María SJ. A mis manos han llegado. Cartas de los PP. Generales a la Antigua Provincia del Paraguay (1608-1639), Monumenta Historica Societatis Iesu. Nova Series, vol. I, Universidad Pontificia Comillas, Institutum Historicum Societatis Iesu, Madrid-Roma, 2005; 613 páginas.
- Nóbrega, M. (1988). Diálogo sobre a conversão do gentio. Em M. Nóbrega. *Cartas e outros escritos* (pp. 2-28). São Paulo: EDUSP, Itatiaia.
- O'Malley, J. (2002). *Os primeiros jesuítas* (D. A. Donida, Trad.). Florianópolis: EDUSC. (Original publicado em 1993).
- Pécora, A. (1999). Cartas à Segunda Escolástica. Em A. Novaes (Org.). *A outra margem do Ocidente* (pp.373-414). São Paulo: Companhia das Letras.
- Pécora, A. (2001). *Máquina de gêneros: novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage*. São Paulo: EDUSP.
- Schutz, A. (1979). *Saggi Sociologici*. Torino: UTET (Original publicado em 1944).
- Taylor, H. (1992). Opening address. Em H. Taylor. *Documents that move and speak: audiovisual archives in the new information age: proceedings of a symposium organized for the International Council of Archives by the National Archives of Canada* (pp. 18-29). München: K. G. Saur.
- Vargas Ugarte, D. T. B. (1934). Memorial. *Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas*, 17(58-60), 59-82.
- Vieira, A. (1952). Voto sobre as Dúvidas dos Moradores de São Paulo (1694). Em A. Vieira. *Obras escolhidas* (pp. 341-401). Lisboa: Sá da Costa.



Vieira, A. (1959). Sermão ao Enterro dos Ossos dos Enforcados (1637). Em A. Vieira. *Sermões* (pp. 107-405). Porto: Lello e Irmãos.

Vitoria, F. (1981). Relectio de Indis. Em L. Pereña & J. M. P. Prendes (Orgs.). *Corpus Hispanorum de Pace* (Vol. V). Madrid: Consejo Superior de Investigación Científica. (Original publicado em 1967).

Wilde, G. (2014). "Fuentes indígenas" en la Sudamérica colonial y republicana: escritura, poder y memoria. Parte 2, *Corpus*, 4(1), 1-10.

Fontes de Arquivo:

Archivum Romanum Societati Iesu (ARSI) Hisp., 2.

Archivum Romanum Societati Iesu (ARSI) Hist. Soc., 46.

Archivum Romanum Societati Iesu (ARSI) Necrologio Perú, 15.

Archivum Romanum Societati Iesu (ARSI) Perú, 4, I.

Archivum Romanum Societati Iesu (ARSI). Cataloghi Triennali Perú, 4, I.

Nota sobre a autora:

Marina Massimi é professora-titular aposentada da Universidade de São Paulo. Atualmente, é professora-sênior junto ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo e lidera o grupo *Tempo, Memória e Pertencimento*. E-mail: mmassimi@yahoo.com.br.

Data de submissão: 30.11.2021

Data de aceite: 29.04.2022